



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



Defender o SUS é defender a vida!

OBJETIVO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

DATA: 04/04/2023

LOCAL: CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS

001 Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no auditório do Conselho Estadual de Saúde de
002 Goiás, situado a Avenida República do Líbano, nº 1.875 – Edifício Vera Lúcia, 7º andar – Setor
003 Oeste, nesta Capital, dá-se o início às 09h07min, a **Quarta Reunião Ordinária do ano de dois mil e**
004 **vinte e três do CES/GO**, para apreciação e deliberação da seguinte pauta: **1 – Reuniões Ordinárias das**
005 **Comissões Permanentes (08h30min às 10h00min); 2 – Apresentação dos trabalhos e informes das**
006 **Comissões (10h00min às 10h45min); 3– Informes dos Conselheiros (10h45min às 11h15min). 4 –**
007 **Informes da Mesa Diretora (11h15min às 12h00min); 5 – ORDEM DO DIA: (13h30min): ITEM 1 –**
008 Apreciação e aprovação da ata da Reunião Ordinária de 07 de março de 2023; **Exposição:** Mesa Diretora.
009 **ITEM 2 – Andamento da Organização das Comissões do CES; Exposição:** Mesa Diretora. **ITEM 3 –**
010 **PORTARIA GM/MS Nº 90, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2023: Institui o Programa Nacional de Redução**
011 **das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas: Plano de Ação do**
012 **Estado de Goiás - SES/GO; Exposição:** Superintendência de Regulação, Controle e Avaliação – SES:
013 **ITEM 4 – Apreciação e Deliberação da Minuta do Parecer nº 06.2023 – Policlínica de Goiás; Exposição:**
014 **CIMEPS. ITEM 5 – 10ª Conferência Estadual de Saúde; Exposição:** Mesa Diretora. A Mesa Diretora foi
015 composta pelos seguintes integrantes: Presidente: Walter da Silva Monteiro, Vice Presidente: Paula dos
016 Santos Pereira, 1ª Secretária: Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro e 2º Secretário: Venerando
017 Lemes de Jesus. **Presidente Walter** cumprimenta a todos(as) e lê as justificativas de ausências de
018 conselheiros(as). **JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIAS** – Conforme Regimento: **Paula dos Santos**
019 **Pereira** Vice Presidente do CE, que se atrasará. **Maria Ferreira Ribeiro** do segmento de usuários e
020 representante do SINTEGO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. **Conselheira Cristina**
021 **Luiza Dalia Pereira Parago Musmanno** representante do segmento de trabalhadores e representante do
022 CRBio-04 – Conselho Regional de Biologia, devido sintomas gripais forte. **Conselheiro Valtuides**
023 **Mendes da Silva** segmento dos usuários, representante do CONAM – Confederação das Associações de
024 Moradores. **Conselheira Sônia Maria Ribeiro dos Santos** do segmento de usuários e representante do
025 SINPRO GOIÁS – Sindicato dos Professores do Estado de Goiás. **Valquíria Medeiros Quenehen dos**
026 **Santos** da ASMOP – Associação por Moradia Popular de Goiás. **Conselheira Eliane Maria Silva** do
027 seguimento de usuários representante da FETAEG – Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura
028 Familiar do Estado de Goiás. **Conselheiro João Bernardino Gonçalves Neto** do segmento de
029 trabalhadores e representante do SINTSEP – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no
030 Estado de Goiás. **Conselheira Cintia Daniele Santos Parreira** do segmento de trabalhadores e
031 representante do COREN – Conselho Regional de Enfermagem de Goiás. Posteriormente, conforme
032 Regimento, verifica o quórum e constata a presença de 32(trinta e dois) conselheiros(as), declarando
033 aberta a Quarta Reunião Ordinária de 2023. **INFORMES DA MESA DIRETORA: 2º Secretário**
034 **Venerando** lê Ofício N. 007/2023, do SOEGO – Sindicato dos Odontologistas no Estado de Goiás, que
035 indica como suas representantes, Karla Jorama Tavares Brandão, para compor a CIMEOF – Comissão
036 Intersetorial de Monitoramento da Execução Orçamentária e Financeira; e Shirley Ferreira Silva, para
037 CIMEPEGETS – Comissão Intersetorial de Monitoramento da Execução da Política de Saúde. Lê Ofício
038 da SGPI – Superintendência de Gestão Planejamento e Finanças, indicando Flávio Augusto Curado
039 Moraes e Thiago Sávio Alves da Silva, para compor a CIMEOF e Raimundo Tiago de Lima Pires, para
040 compor a CIMEPS. Lê e-mail enviado pela Gerente Adriana Martins de Lucena da SESG –
041 Superintendência da Escola de Saúde de Goiás, que indica Mayara das Graças e Souza Camelo Pinto
042 Paludo e Fernanda Rosiak Gonzaga Faleiro, para compor a CIMEPEGETS. **1ª Secretária Heloiza**
043 **Massanaro**, cumprimenta a todos(as), procede a leitura do Despacho nº 150/2023/SES/SUB, referente a
044 solicitação de liberação de servidores da SES, para compor as Comissões do CES – Conselho Estadual

045 de Saúde. **Conselheira Jaqueline** representante do COSEMS – Conselho de Secretarias Municipais de
046 Saúde do Estado de Goiás, cumprimenta a todos(as), esclarece que a nova Diretoria do COSEMS, foi
047 eleita no último dia 10(dez) e que talvez haverá mudanças, justificando que ainda não ocorreu a indicação
048 dos novos componentes para as Comissões, devido à transição e informa que até o dia 10/04/2023, serão
049 feitas essas indicações. **Presidente Walter** lê Ofício nº 83/2023 – COSEMS/GO, que encaminha a nova
050 composição da Diretoria Executiva do COSEMS/GO. **Presidente Walter** convoca os(as)
051 conselheiros(as), a participarem da reunião das Comissões, iniciando no presente momento, com término
052 previsto às 10h00min. **1ª Secretária Heloiza Massanaro** informa que as Comissões formarão cada uma
053 seu grupo, e se reunirão em salas separadas. Relata que solicitou à servidora Simone, Coordenadora do
054 Apoio Técnico, que identificasse técnicos para participar ou apoiar o trabalho das Comissões e ressalta
055 que esse é momento em que isso pode ser feito. Menciona que o momento é de organização dessas
056 Comissões, onde se visualizará melhor o trabalho das mesmas. Explica que as Comissões poderão
057 reorganizar e alinhar seus processos de trabalho, para trazê-los para pauta da Plenária. Pergunta se assim
058 pode ser feito, alguém pergunta algo fora do microfone e a 1ª Secretária Heloiza, responde que na reunião
059 passada as Comissões discutiram a importância de se ter um Coordenador e um Relator, esclarece que
060 nem todas as Comissões fizeram essa discussão, algumas devido ao fato de ter um número reduzido de
061 membros. Acrescenta que nesse sentido se faça essa discussão nesse momento, afim de se identificar esses
062 Coordenadores e Relatores, e se há a necessidade de troca. **Presidente Walter** informa que essa é uma
063 sugestão da 1ª Secretária Heloiza, e que as Comissões possuem a liberdade e o direito de escolher se
064 reunir em conjunto ou separadamente. As reuniões das Comissões aconteceram e houve o retorno dos
065 trabalhos da Plenária. **ORDEM DO DIA: ITEM 1** – Apreciação e aprovação da ata da Reunião Ordinária
066 de 07 de março de 2022. **Presidente Walter** pergunta ao Pleno se todos receberam a ata do mês de março
067 em seus e-mails e se houve algum pedido de correção, supressão ou acréscimo da ata do mês de março,
068 sendo a resposta negativa. Solicita que levantem os crachás os(as) que concordam coma a aprovação.
069 **Deliberação:** aprovada por unanimidade **ITEM 2** – Andamento da Organização das Comissões do CES.
070 **Conselheira Elza** representando a CIMEPS – Comissão Intersetorial de Monitoramento da Execução da
071 Política de Saúde, expõe que definiram o dia da reunião da Comissão, a metodologia de trabalho que
072 inclusive já estavam seguindo e que isso foi decidido junto aos novos membros. **Conselheira Rosa Irlene**
073 representado a CIMEOF – Comissão de Monitoramento da Execução Orçamentária e Financeira, informa
074 que a Comissão foi recomposta e ela foi eleita Coordenadora, o Conselheiro Severino Coordenador
075 Adjunto, a Conselheira Glauciene Relatora e o Conselheiro Gerinaldo Relator Adjunto. Relata que a
076 reunião aconteceu com 04(quatro) representantes do segmento dos Gestores, 02(dois) representantes dos
077 Prestadores, 01(um) representante de Trabalhadores e 03(três) representantes de Usuários e 1(um)
078 convidado dos Usuários. Menciona que foi designado como serão desenvolvidos os trabalhos.
079 **Conselheira Rosália** representante da CIAMCMS – Comissão Intersetorial de Apoio e Monitoramento
080 aos Conselhos Municipais de Saúde, cumprimenta a todos(as), e comunica que a reunião aconteceu com
081 várias ausências. Conta que houve a apresentação dos membros presentes e foi feito um relato do que a
082 Comissão faz. Expõe que infelizmente não conseguiram acessar as atribuições da Comissão, porém a
083 reunião foi muito proveitosa e houveram 03(três) encaminhamentos, o primeiro é que haverá uma reunião
084 virtual provavelmente na próxima semana, para que os outros membros possam participar; o segundo é
085 entrar em contato com o técnico Neusinho, para que ele disponibilize a legislação que contempla as
086 atividades da Comissão e os modelos de documentos usados nos trabalhos, declarando que haverá um
087 prazo para a leitura desses documentos, e para fazer o encaminhamento de uma Oficina como os
088 membros dessa Comissão, e posteriormente um plano de ação para o ano. Explica que o terceiro não foi
089 um encaminhamento, mas uma provocação ou sugestão de que, no segundo semestre aconteça uma
090 reunião com todos os Conselhos de Saúde nos moldes de Plenária de Saúde, e acrescenta que essas
091 Plenárias precisam ser retomadas. Relata que chegaram à conclusão de não eleger a Coordenação da



092 Comissão, devido ao reduzido número de membros e a ausência do Relator. **2º Secretário Venerando**
093 representando a CIMEPEGETS – Comissão Intersectorial da Execução das Políticas de Educação e Gestão
094 do Trabalho na Saúde, cumprimenta a todos(as), e expõe que está muito feliz por que acredita que a partir
095 de agora os trabalhos da Comissão prosseguirão. Relata que essa Comissão trata de Educação Permanente
096 e isso é muito debatido nas Conferências. Informa que a reunião aconteceu com a participação de
097 09(nove) membros e ele está como Coordenador, e a conselheira Dionne como Relatora. Lê o nome dos
098 participantes e informa que houve o momento em que todos se apresentaram. Declara que foi tratado as
099 obrigações da Comissão inclusive em relação à CIES – Comissão Permanente de Integração de Ensino-
100 Serviço, para que se participe efetivamente de toda qualificação de educação em saúde no Estado de
101 Goiás. Menciona que no final da última semana, receberam um documento, onde a Comissão do Conselho
102 Nacional de Saúde, juntamente com o CEAP - Centro de Estudos da Administração Pública, convocou um
103 membro da Comissão e um da Mesa Diretora do CES, para uma reunião, sobre a Oficina para Formação
104 de Conselheiros que está acontecendo no Brasil inteiro. Expõe que em Goiás ocorrerá uma Oficina que se
105 dividirá em 03(três), sendo uma de Formação de Conselheiros, a outra de Formadores e depois uma Roda
106 de Conversa. Explica que será marcada uma reunião com a Comissão que acontecerá de forma virtual,
107 para tratar desse assunto. Esclarece que assim que for mandado o link, serão abertas as inscrições. Relata
108 que na próxima oportunidade que tiver será informado quais os critérios necessários para participação
109 desse evento. **1ª Secretária Heloiza Massanaro** explica que a CISTT – Comissão Intersectorial de Saúde
110 do Trabalhador e da Trabalhadora, possui uma legislação específica e possui uma Resolução que cita a
111 eleição das entidades para compor essa Comissão. Relata que a última composição dessa Comissão, tem
112 como Coordenadora Rosália Matos, Coordenadora Adjunta Luzinéia Vieira, Relatora Karla Jorama,
113 Relatoria Ajdunta Gerinaldo Teodoro e demais membros no total de 21(vinte e uma) pessoas.
114 **Conselheira Rosália** esclarece que no começo do ano passado, houve uma pauta no CES, informando que
115 era necessário fazer a convocação e eleição para nova composição da CISTT. Lembra que a Mesa
116 Diretora enviou os Ofícios para as entidades, fazendo a convocação para que se fizesse as indicações, e
117 que esses nomes não chegaram ao CES, com exceção do nome do Conselheiro Edivaldo que logo adoeceu
118 e o outro ela não se lembra. Relata que fizeram duas reuniões, duas convocações e duas reuniões virtuais e
119 não houve quórum. Afirma que quem compareceu na reunião foi ela, a Nádia, a Edna Covem e a Luciene
120 da Vigilância em Saúde, portanto na reunião só havia integrantes da Gestão. Menciona que foi acordado
121 que se faria uma nova convocação, tentando mobilizar essas pessoas que tinham sido indicadas. Pontua
122 que nessa época o Conselheiro Edivaldo se afastou devido à doença e o outro membro não compareceu,
123 posteriormente começou o processo de Conferência e depois os preparativos para a eleição da Mesa
124 Diretora, com isso os trabalhos da Comissão ficaram paralisados. Afirma que a CISTT precisa fazer novas
125 convocações. **Presidente Walter** informa que a 1ª Secretária Heloiza acompanhará essa Comissão e ele
126 terá um olhar bem criterioso para com a CISTT, não só como Presidente do CES, mas também como
127 integrante da Comissão CISTT no CNS – Conselho Nacional de Saúde. **INFORMES DOS**
128 **CONSELHEIROS: 1ª Secretária Heloiza Massanaro** esclarece que em relação às Comissões não quer
129 incomodar ninguém, mas somente contribuir para o funcionamento de todas elas, que não quer coordenar
130 nenhuma e quer visitar todas. Expõe que sabe que nos últimos 02(dois) anos todas tiveram dificuldades e
131 se de alguma forma alguém se sentiu ameaçado que a perdoe, pois ela não quer disputar lugar com
132 ninguém. Lembra que já tem muito trabalho e deseja contribuir com a CISTT e com a COMAGESUS –
133 Comissão de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS em Goiás. Solicita ao Presidente Walter que
134 esclareça sobre essas Comissões, pois ela ainda tem dúvidas sobre como é funcionamento delas. **2º**
135 **Secretário Venerando** esclarece que a CISTT não é uma Comissão do CES, ela é uma Comissão
136 Estadual ligada ao CNS, que tem uma certa subordinação, acrescentando que é necessário fortalecê-la
137 para estar nos Conselhos Municipais de Saúde. Pontua que a CISTT é formada por eleição e quem indica
138 são as instituições. Ressalta que essa Comissão é independente e que trata de todo conjunto de

139 trabalhadores(as), do Estado de Goiás. Cita o exemplo da questão que surgiu agora do trabalho escravo e
140 que a CISTT, deveria estar atuando firmemente nisso, discutindo com a Promotoria do Trabalho e se for o
141 caso chamar uma audiência pública na Assembleia para tratar desse assunto. Sugere que seja aberto o
142 processo eleitoral da CISTT, o mais rápido possível e que traga o pessoal das indústrias, do Ministério do
143 Trabalho e todos os CERESTs – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, do Estado de Goiás. Em
144 relação a COMAGESUS, explica que ela foi criada em função de várias demandas e algumas denúncias
145 que surgiram, inclusive nos hospitais geridos por OSs. Relata que essa Comissão ficou impedida de
146 trabalhar em função da pandemia. Declara que ela é específica para analisar a gestão do SUS, e esclarece
147 que as Oss – Organização Social, não são gestoras do SUS, mas sim gerentes, explicando que quem é
148 gestora e recebe as orientações e diretrizes do CES para fazer a gestão é a Secretaria do Estado de Saúde
149 de Goiás. Expõe que o Conselho Estadual de Saúde faz os relatórios e quando é necessário é pautado na
150 Plenária. Pontua que essa Comissão é formada pelos 04(quatro) membros da Mesa Diretora, e para dar
151 paridade foi colocado mais 02(dois) usuários(as), 01(um) trabalhador(a) e 01(um) gestor(a). **1ª Secretária**
152 **Heloiza** esclarece que a Sra. Viviane iria fazer a exposição da CIMEPS, porém como ela tem uma reunião
153 no momento da Plenária no IPASGO – Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de
154 Goiás, onde apresentará uma proposta de Moção de repúdio à privatização dessa instituição, informando
155 inclusive ela deixou o pedido do ponto de pauta para propor a apresentação dessa Moção para ser
156 apreciada nessa Plenária. **Presidente Walter** solicita aos integrantes do CES que aqueles que
157 concordarem com a Moção contrária à privatização do IPASGO proposta pela Sra. Viviane que levantem
158 os crachás. **Deliberação:** aprovada a moção por unanimidade. **Conselheiro Marco Aurélio** representante
159 do Conselho Regional de Psicologia 9ª Região, cumprimenta a todos (as), parabeniza a indicação da
160 professora Natália, como Gerente de Saúde Mental do Estado de Goiás e acrescenta que tem certeza que
161 contribuirão bastante para o fortalecimento das discussões da saúde mental que é extremamente
162 necessária, principalmente na atenção psicossocial, junto com os CAPs – Centro de Atenção
163 Psicossocial, e os cuidados e dispositivos que fortalecem o protagonismo de usuários (as). Solicita à Mesa
164 Diretora que seja registrado em Ata, que seja encaminhado ao Secretário Estadual de Saúde, sobre a
165 reativação do Grupo Condutor de Saúde Mental, que funcionou durante muito tempo de forma bem
166 proveitosa, porém a quase 02(dois) anos não há nenhuma atividade e acrescenta que a pandemia mostrou
167 a importância desse cuidado. **1ª Secretária Heloiza** responde ao Conselheiro Marco Aurélio que faz coro
168 com ele no sentido de solicitar a reabertura do Grupo Condutor, salientando que no momento a RAPS –
169 Rede de Atenção Psicossocial, em todo o Estado tem sido muito enfraquecida e abandonada. Declara que
170 se sente muito feliz pela indicação da Natália, que trabalhou na Conferência de Saúde Mental e muito
171 contribuiu nas discussões. Opina que a Conferência de Saúde Mental tem trazido uma série de
172 inquietações e inseguranças e por isso propõe à Mesa uma Conferência Livre no sentido de já apresentar
173 na Conferência de Saúde Estadual, as principais solicitações da Saúde Mental, no que se refere à retomada
173 de reafirmar cuidado em liberdade e o SUS gratuito de qualidade, como política de Estado. Convida o
174 Conselheiro Marco Aurélio para que façam isso juntos e expressa alegria em fazer essa parceria com
175 integrante do CRP, e que tenha essa compreensão da saúde mental. **Presidente Walter** informa que o
176 Sindicato dos Trabalhadores(as), no Sistema Único do Estado de Goiás, solicitou a reativação da Mesa de
177 negociação na SES. Relata que existe um sistema nacional de Mesa de Negociação Permanente e em
178 Goiás existia uma Mesa que foi instituída no ano de 2013, porém não foi formalizada. relata que houve
179 uma pesquisa e procura de documentos e nada foi encontrado que pudesse formalizá-la. Destaca que todas
180 as Superintendências da SES, concordaram com a solicitação do Sindicato, e explica que pela Resolução
181 Nacional, os Conselhos são os órgãos mediadores. Expõe que houve uma profunda discussão sobre o
182 assunto com a Mesa Diretora e deliberaram pela instalação imediata da Mesa de Negociação e depois será
183 aprofundado para que isso aconteça não só no Estado, mas também nos 246 (duzentos e quarenta e seis)
184 municípios. Comunica que houve uma denúncia sobre o funcionamento da OS que gerencia o HUGO –

185 Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdomiro Cruz, e afirma que passou a documentação para a
186 Mesa Diretora e está esperando que os membros se manifestem, para que ele responda ao Ministério do
187 Trabalho, e que já cobrou a manifestação do CES sobre esse assunto, acrescentando que continua
188 aguardando a resposta de seus colegas. **1ª Secretária Heloíza** lê Ofício da ABRATO-GO nº 022/2023,
189 sobre solicitação de pauta com o seguinte assunto: Abertura de Curso de Graduação em Terapia
190 Ocupacional no Estado de Goiás. **Presidente Walter** solicita que os(as) conselheiros(as) levantem os
191 crachás quem concorda com a inclusão de pauta na Plenária do mês de maio requerida pela ABRATO-
192 GO. **Deliberação:** solicitação aprovada. **2º Secretário Venerando** realiza leitura da Correspondência
193 Interna - nº 001/2023 CIMEPS – CES/GO. Assunto: Solicitação Para Inclusão de Pauta - Pedido do
194 CES/GO à Gerência de Assistência Farmacêutica da SES/GO para Prestar Esclarecimento Sobre: CEAF –
195 Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. Solicita à Conselheira Elza que esclareça sobre o
196 assunto. **Conselheira Elza** expõe que mudou o pedido de inclusão de pauta da CIMEPS, para a Plenária
197 do mês de maio, e propõe que enquanto isso os(as) conselheiros(as) tomem conhecimento das Portarias
198 para posteriormente fazerem o debate. **Conselheiro Gerinaldo** relata que em relação a dispensação de
199 medicamentos em Goiás, é importante enviar uma Ofício ao Centro Estadual de Medicação de Alto Custo
200 Juarez Barbosa, e aos Centros de dispensação do interior, para que também participem dessa discussão. **2º**
201 **Secretário Venerando** esclarece que o Juarez Barbosa já possui a descentralização e as medicações
202 pertinentes àquelas regiões, são entregues nas Regionais de Saúde. **Conselheira Jaqueline** informa que
203 trará uma farmacêutica que é Assessora Técnica do COSEMS, e que a assistência farmacêutica ou
204 cuidado farmacêutico é um termo muito caro para o COSEMS, enquanto assessoria técnica, quanto para
205 diretoria. Relata que vem sendo feito qualificação dos farmacêuticos dos municípios. Manifesta que foi
206 feita uma Oficina no último mês de outubro, onde houve a participação de 105(cento e cinco)
207 farmacêuticos e está previsto para o primeiro semestre a continuidade da Oficina, para que seja
208 desmistificado a questão de meramente entregar a caixinha ou o cuidado farmacêutico, pois há diferença
209 entre um e outro. Lembra que esse assunto vem sendo discutido nos últimos dois Grupos de Trabalho da
210 CIB – Comissão Intergestores Bipartite, que aconteceram. Declara que está muito feliz, pois essa
211 discussão é muito importante. **Presidente Walter** solicita que levantem os crachás, os que concordam
212 com a inclusão de pauta na Plenária do mês de maio, requerida pela CIMEPS. **Deliberação:** solicitação
213 aprovada. Cita o pedido do grupo de usuários do CMS – Conselho Municipal de Saúde, de Goiânia, sobre
214 o Programa de Reabilitação Cardíaca e Pulmonar, prestado pelo HGG – Hospital Estadual Alberto Rassi,
215 que está sendo extinto, explicando que esse Programa atendia especificamente a população de baixa
216 renda. Informa que o Conselho Municipal de Saúde de Goiânia, solicitou que o CES, peça a Secretaria de
217 Estado de Saúde e também ao IDTECH – Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano, que
218 esclareçam e debatam sobre esse assunto com o Conselho Estadual de Saúde. Solicita aos que concordam
219 com esse pedido de esclarecimento pela SES e a OS IDTECH, na Reunião Ordinária do mês de maio, que
220 levantem seus crachás. **Deliberação:** aprovado por unanimidade. Propõe ao Plenário que indique a
221 Conselheira Elza para assumir a suplência na Comissão Estadual de Incorporação de Tecnologia em
222 Saúde CEITS/SESG, e pergunta a conselheira se ela aceita e ela responde que sim. Intervalo para o
223 almoço e retorno da Plenária. **Presidente Walter** comunica que a Plenária só terá continuidade se houver
224 quórum, cumprindo o Regimento. Realiza a contagem citando os nomes de todos os presentes e constata
225 que há quórum para dar continuidade a Plenária. **ITEM 5 – 10ª Conferência Estadual de Saúde.**
226 **Presidente Walter** relata que foi deliberado na última reunião da Comissão Organizadora, que o CES
227 faria o monitoramento da 8ª Conferência de Saúde de Aparecida Goiânia, para isso foram destacadas as
228 Conselheiras Maria Dalva e Elizabeth Mendes. Informa que ficou acordado que se tudo ocorresse dentro
229 das diretrizes emanadas da 10ª Conferência Estadual de Saúde e da 17ª Conferência Nacional de Saúde, o
230 CES iria referendá-la, caso contrário ele não a homologaria. **Conselheira Elizabeth** descreve como foi
231 realizada a Conferência e como foi proposto pela Secretaria Municipal de Saúde e o Conselho Municipal



de Saúde local. Expõe que houve a participação do Secretário de Saúde, que palestrou de forma muito satisfatória, com uma metodologia clara, sobre a situação de saúde daquele município. Menciona que a servidora do CES, Marilene, palestrou de forma provocativa no sentido de mostrar o Controle Social no SUS dentro das temáticas, e afirma que toda a exposição foi excelente. Explica que como a servidora Marilene não poderia ficar na parte da tarde, a servidora Fabiana fez o acompanhamento da Conferência nesse período. Ressalta que o Presidente do CMS, não pode acompanhar toda a Conferência, pois teve que se ausentar por problemas de saúde, porém havia outras pessoas o representando, inclusive com a equipe de trabalho e também a equipe técnica tirando dúvidas e organizaram tudo muito bem. Relata que o espaço físico foi bem acolhedor, e abrangente com a proposta, oferecendo o suporte necessário para quantidade de pessoas presentes, porém o número de mesas e cadeiras para o refeitório foram insuficientes, mas foi feito um revezamento na hora das refeições que acabou dando certo. Declara que os(as) conselheiros(as) presentes foram ela, Maria Dalva, Eliza e Gerinaldo, que ofereceram suporte durante o evento. Menciona que a equipe local oportunizou o apoio da equipe do CES, nos Grupos de Trabalho. Expõe também que no material ofertado aos participantes, constou a Programação e o Regimento da referida Conferência. Observou que houve falha na escolha dos(as) delegados(as), e não houve aquela divisão de agrupar trabalhadores(as), gestores(as), e usuários(as). Acrescenta que ocorreu a falta de divulgação e participação de mais usuários(as), esclarecendo que no momento de levantar os(as) delegados(as), foi dito que todos foram contemplados. Reitera que a servidora Marilene já havia explicado tudo de forma clara. Informa que até o presente momento o CMS de Aparecida não apresentou nenhum relatório, nem a quantidade de delegados(as), que foram eleitos. **Presidente Walter** observa que a Conferência de Aparecida de Goiânia aconteceu no dia 10 de março e já se passaram 24(vinte e quatro) dias e pergunta se de fato não chegou nenhum relatório e expressa que o CMS de Aparecida persiste na falta de compromisso com o CES. Relata que nas conversas que teve com as conselheiras Maria Dalva e Elizabeth, elas disseram que não houve separação dos segmentos e ficou comprovado que os(as) delegados(as), já vieram eleitos das etapas anteriores. Lembra que a conselheira Elza, na Reunião Ordinária do CES, levantou essa questão de que os(as) delegados(as) foram escolhidos por gestores(as), de Unidades de Saúde e o assunto foi deliberado na Comissão Organizadora. Esclarece que quando chegar a relação de delegados(as) e se o nome do presidente do Conselho, constar nessa relação, como indicado pelo CMS de Aparecida de Goiânia, isso provará a ilegalidade da Conferência, pois o mesmo não estava presente no evento. Pergunta à conselheira Rosália, se ela concorda em que se aguarde mais 05(cinco) dias, para a chegada desses relatórios e pergunta aos integrantes da Mesa Diretora se concordam também. Nesse momento ocorre vários comentários fora do microfone e posteriormente o presidente Walter diz que a resposta deverá chegar até o próximo dia 10 do mês de abril. Solicita aos membros do Plenário que realizem votação quanto a validação da Conferência pedindo que levantem os crachás, e aqueles que concordam que, para que o CMS de Aparecida de Goiânia, tenha referendada a sua Conferência Municipal, deve apresentar à Comissão Organizadora, na Secretaria da 10ª Conferência de Saúde o seu Relatório final de delegados(as), até o dia 10 de abril de 2023, e se nesse relatório houver alguma inconsistência levantada, verificada e comprovada, não ocorrerá esse referendament. **Deliberação:** aprovado. **2º Secretário Venerando** afirma que tudo que foi falado está correto, porém que não deve se falar somente em relação ao presidente. Sugere que junto com a relação de delegados(as), deve vir a lista de assinaturas que constate que aquela pessoa participou efetivamente da Conferência Municipal. Lembra que a prerrogativa de indicar o(a) delegado(a), nato é só na sua própria Conferência e que a partir da Conferência Regional a responsabilidade é do CES. **Presidente Walter** lembra que uma das orientações da equipe de relatoria é de que a relação de delegados e a lista de presença, tem que ser entregue, sendo tudo digitalizado. Declara que entre as 15(quinze) Conferências Regionais marcadas e agendadas, houve o pedido de autorização de Campos Belos, Formosa, Posse e Luziânia para realização da Conferências da Macro Nordeste na cidade de Formosa, e informa que a Comissão Organizadora Estadual, deliberou a

279 favor do pedido. Expõe que após várias tentativas e tratativas da Secretaria Executiva do Conselho
280 Estadual e também da Secretaria Administrativa da 10ª Conferência, não houve avanço na Coordenação
281 da Regional de Saúde Estrada de Ferro, e o Conselho, por decisão de sua Comissão Organizadora
282 Estadual, transferiu a realização da Sede de Catalão, para a cidade de Caldas Novas, tendo o Conselheiro
283 Severino à frente dessa organização. Comunica que os(as) conselheiros(as), Severino, Heloíza, Rosa
284 Irlene, Jaqueline, Elza e Servidora Marilene e 05(cinco) servidores da GERPOP – Gerência de Atenção às
285 Populações Específicas, estão profundamente empenhados na construção e realização dessas
286 Conferências, com o apoio das conselheiras Maria Dalva, Dionne e Elizabeth. Lembra que no Regimento
287 Interno, os(as) conselheiros(as), para saírem como delegados(as) natos, tanto nas Conferências Regionais
288 ou na Estadual, o critério é ter envolvimento na construção e realização das Conferências. Menciona que o
289 conselheiro Severino e a conselheira Rosa Irlene, estão empenhados no cumprimento desse Regimento
290 Interno do CES. Exprime que já foi realizada a Conferência da Regional de Saúde Sudoeste I, e foi um
291 sucesso, tendo a participação de todos os municípios que compõe aquela Regional e foi eleita a delegação
292 paritária. Conta que houve um pequeno problema em relação ao almoço, porém foi resolvido. 2º
293 **Secretário Venerando** alerta sobre o ocorrido em Aparecida de Goiânia, que eles são contumazes no erro
294 e que isso é muito triste, pois no Conselho Estadual já aconteceu de ter 06(seis) conselheiros(as)
295 compondo o Conselho de lá. Afirma que o CES tem responsabilidade na representação dos(as)
296 conselheiros(as) estaduais que estão em Aparecida de Goiânia. Menciona que a delegação que foi
297 escolhida pela Mesa Diretora e pelo Plenário para acompanhar, devia ter feito esse diálogo lá e que não
298 era preciso trazer o assunto para o Plenário tomar a decisão. Relata que a equipe da Coordenação Estadual
299 da Conferência deveria ter se posicionado em fazer com que os segmentos fossem separados, para dar
300 paridade e para ver quem de fato estava lá. Observa que é no final da Conferência que se tira delegados.
301 Comenta que na Conferência de Goiânia, os delegados foram tirados um dia antes e acrescenta que isso é
302 privilegiar quem não participa corretamente. 1ª **Secretária Heloíza** declara que acha importante
303 mencionar sobre a Comissão Organizadora e que na última sexta-feira foi feita uma avaliação de uma
304 maneira geral e o processo na etapa municipal foi satisfatório, porém considera que chegaram poucos
305 relatórios e por isso a Secretaria Administrativa da Conferência precisa mandar de novo suas cobranças.
306 Conta que houve uma opinião de que primeiro os Municípios enviem suas propostas, para dar tempo de
307 consolidar nas Regionais, assim o prazo fica um pouco mais estendido para o envio do relatório completo.
308 Lembra que são 15(quinze) Regionais de Saúde e que foram destacadas como parceiras as seguintes: São
309 Patrício I e II, Sudoeste I e Rio Vermelho, afirmando que essas Regionais tem se mostrado bem
310 organizadas e bastante parceiras apesar de todas as dificuldades administrativas, de pessoal ou de
311 transporte, elas conseguiram apoiar seus municípios e participar das Conferências Municipais, enquanto a
312 maioria não conseguiu participar. Sugere que as demais Regionais precisam de um apoio maior porque
313 elas têm tido mais dificuldade ou pouca compreensão da importância desse processo de Conferência, que
314 é uma das formas organizadas de se fazer o Controle Social. Esclarece que as Conferências Regionais são
315 de inteira responsabilidade do Conselho Estadual e é preciso que, quem ainda não está participando que se
316 apresente para estar junto, como no caso da Conferência de Caldas Novas, que a estrutura está toda lá,
317 entretanto o CES, precisa de dar suporte para que tudo aconteça com boas condições. Solicita que quem
318 tiver interesse em participar das palestras, que informe para que se construa uma planilha de apoio
319 administrativo e a de apoio à palestra, que seria a apresentação do diagnóstico e apresentação do texto
320 orientador. Alerta para que o Texto Orientador não seja repetido como aconteceu no Município e que é
321 preciso que se dê um passo a mais e convida a Comissão à pensar sobre isso. **Conselheiro Severino**,
322 representante da UEMP – União Estadual por Moradia Popular do Estado de Goiás, declara ao presidente
323 Walter, que em relação ao Regimento Interno ele não está vigiando, mas no dia da eleição foi feito o
324 compromisso de que se cumpriria o Regimento, acrescentando que irá doer, inclusive nele, mas é
325 necessário contribuir com a Mesa. Comenta que se absteve ao voto em relação ao ocorrido em Aparecida

326 de Goiânia, porque tem que fazer valer a fala do 2º Secretário Venerando, na íntegra e se o Conselho
327 Estadual tem conselheiros(as) lá, tem que se fazer cumprir o Regimento. Pontua que já existe Processo
328 contra Aparecida que foi analisado antes das eleições no ano passado, com relação a possível
329 irregularidade da eleição. Salienta que o Conselho Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia precisa
330 entender que ela faz parte dos 246 (duzentos e quarenta e seis) municípios do Estado de Goiás. Opina que
331 a Conferência de Aparecida já deveria estar fora do contexto, porque não se pode tratar um Município de
332 forma diferente em detrimento dos outros. Lembra que participou da Conferência em 06 (seis) municípios
333 e que o COSEMS, precisa acordar os gestores para desempenharem seus respectivos papéis nos
334 municípios. Destaca que é triste chegar em um evento como esses e não ver nenhum conselheiro(a) no
335 Plenário. Ressalta que a Comissão de Monitoramento dos Conselhos se desdobra, tem seus materiais com
336 cartilhas e os Secretários não cumprem esse papel. Pontua que está se referindo aos Secretários porque
337 existe município que cumpre muito bem o seu papel a exemplo de Portelândia, onde todos os(as)
338 conselheiros(as) se encontravam e também 07(sete) vereadores na Plenária da Conferência. Expõe que
339 tem cobrado dos municípios incentivar o funcionamento dos Conselhos de Saúde, até porque está sendo
340 investido através da Escola de Saúde do Estado de Goiás, uma quantidade vultuosa para a capacitação e as
341 pessoas não têm participado por falta desse incentivo dos municípios. Menciona a fala da 1ª Secretária
342 Heloíza, de que possivelmente haverá uma quantidade muito boa de participação dos municípios nas
343 Conferências. Declara que gostaria muito que fosse superado os 231(duzentos e trinta e um) municípios
344 na 10ª Conferência de Saúde, mas acredita que isso não acontecerá, porque está faltando o dever de casa.
345 Sugere que a Coordenação de Plenária deve ser ativada, porque alguma coisa deve ser feita. Relata que
346 como representante do interior acredita que o interior deve ser tratado de forma consistente. Termina
347 perguntando o que o CES está fazendo. Informa que se ausentará por ter que participar de uma audiência.
348 **Conselheira Rosália** comunica que esteve em Brasília na semana anterior a Plenária, para uma
349 capacitação do Sistema Nacional, para ser utilizado na Conferência Nacional de Saúde. Comenta que essa
350 situação que está acontecendo nos municípios de Goiás, não são pertinentes só ao Conselho Estadual de
351 Saúde, pois o Brasil inteiro está com problema em relação a essas Conferências. Conta que foi feita uma
352 análise da 17ª Conferência Nacional de Saúde e explica que pelos Eixos e Propostas no Regimento, que o
353 Relatório da 16ª CNS, já incorpora o Relatório da 17ª CNS, como propostas e diretrizes para subsidiar o
354 Plano Nacional de Saúde e diz que isso já está aprovado no Regimento. Esclarece que as propostas que já
355 existem hoje, são muito similares às de 04(quatro) anos atrás, ou seja, não houve avanço. Pontua que as
356 propostas da Conferência Nacional não integraram o Plano Nacional de Saúde. Relata que assim sendo,
357 elas são pertinentes, porque os Programas são os mesmos e talvez possa ter aumentado alguns porque teve
358 muita desmobilização da política de saúde. Informa a proposta da relatoria na reunião que aconteceu e que
359 precisa da direção da Mesa Diretora, é de que o Pleno, acrescente no Regimento que o Relatório da 9ª
360 Conferência Estadual de Saúde, componha o Relatório da 10ª Conferência Estadual de Saúde. Exprime
361 que como o evento se dá por etapa, deve-se seguir o Regulamento Nacional, explicando que esse
362 regulamento fala em 10(dez) propostas, e que no início quando começou a discussão, a Comissão
363 Organizadora estabeleceu 05(cinco) propostas. Relata que a Sra. Viviane fez um alerta de que o tema da
364 saúde é muito grande e a qualidade das propostas que estão vindo dos municípios, pode não contemplar
365 todas as áreas da saúde, diante desse alerta fez a sugestão olhando para a estância federal, de que o
366 Relatório da 9ª Conferência Estadual de Saúde seja incorporado no Relatório da 17ª Conferência Nacional
367 de Saúde. **Conselheiro Gerinaldo** reforça que em relação ao assunto de Aparecida de Goiânia, em
368 nenhum momento está omissa na observação do que deve ser feito na Conferência e que a ideia dos
369 delegados, foi não só colocado no Pleno, como também na reunião que aconteceu. Alega que deu bronca
370 no sentido genérico, solicitando o encaminhamento do Relatório ao CES. Informa que na Conferência de
371 Rio Verde ocorreu tudo bem, mas na discussão dos eixos poderia ter sido melhor aproveitado se a
372 Comissão Organizadora tivesse combinado com a equipe local para que os palestrantes tivessem um

373 tempo maior para se expressar. Expõe que colaborou em 05(cinco) cidades e em São Simão observou a
374 situação crítica, não só do Conselho em sua composição, mas fundamentalmente na questão da segurança
375 na área da saúde e conta que nos banheiros das escolas públicas constam os nomes das pessoas marcadas
376 para morrer. Enfatiza que saúde também é segurança e que é papel do CES discutir sobre a segurança
377 dessa região de São Simão. **Conselheira Luzinéia**, representante do SINDSAÚDE – Sindicato dos
378 Trabalhadores do Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás, explana que não conseguiu participar das
379 palestras auxiliando os municípios, pois estava acontecendo o processo de eleição do SINDSAUDE.
380 Conta que as únicas Conferências em que participou foram a de Goiânia e a de Aragoiânia. Salienta que
381 traz um pouco dessa realidade que ela observou, e que a decisão do CNS de incorporar o Relatório da
382 última Conferência de Saúde ao atual, não se dá apenas porque não foi incorporado ao Plano Nacional de
383 Saúde, porque em Goiás nunca foi incorporado, então se for por esse motivo tem que ser aprovado por
384 unanimidade porque não foi considerado as Propostas da 9ª Conferência de Saúde do Estado, no Plano
385 Estadual de Saúde e que é necessário que de fato isso aconteça. Expressa que é preciso pensar no modelo
386 de Conselho de Saúde e Conferência de Saúde, com que se está lidando, citando o exemplo da
387 Conferência de Saúde de Goiânia que fez uma aprovação em bloco das propostas. Lembra que
388 Conferência é conferir, analisar e fazer diferente ou concordar com o que está escrito e conta que em
389 Aragoiânia não aconteceu diferente, pois ali não havia nem o representante do Conselho e o próprio
390 Secretário de Saúde apresentou uma análise da situação de saúde do Município que não foi elaborada por
391 ele e ele mal dava conta de ler o que estava ali e quicá discutir. Acrescenta que havia apenas 03(três)
392 pessoas do segmento de usuários participando, embora fosse uma Conferência grande. Pergunta como o
393 Conselho Estadual de Saúde está lidando com essas questões, salientando que é preciso começar fazer
394 essas críticas. Sugere que se repense nos modelos de participação popular, de representação e de
395 Conferências ou estarão fadados a repetir um modelo que não tem contribuído para que se possa de fato
396 avançar nas políticas de saúde. Enfatiza que as propostas eram muito ruins, com uma falta de análise e
397 isso precisa ser modificado com críticas e propostas diferentes. **1ª Secretária Heloíza** menciona que foi
398 falado na Comissão Organizadora sobre a participação, a paridade e a forma da eleição dos(as)
399 conselheiros(as), e que é preciso refletir sobre isso e que o CNS, também está pensando sobre isso.
400 Enfatiza que essa questão é seríssima, precisando pensar nisso, de como participar, enquanto movimento
401 populares e representações da população. Declara que a outra questão é em relação à fala da conselheira
402 Rosália que é a participação em uma atividade externa, e que essa também é uma discussão que acontece
403 em âmbito nacional de sugerir às Conferências Estaduais uma participação em atividade externa. Lembra
404 que a Conferência Estadual acontecerá dia 17, 18, 19 e 20 de maio e destaca que dia 18 é dia Nacional da
405 Luta Antimanicomial. Menciona que mesmo que o CNS, não aprove e chame oficialmente os Conselhos,
406 propõe que o CES, participe da atividade externa fazendo parceria com o movimento da luta
407 antimanicomial, considerando que a situação é a mesma de todas as áreas da saúde, de muita precariedade
408 e de uma necessidade grande de garantir o cumprimento da política pública. Afirma que poderão ir para
409 rua defender o SUS e a Rede de Atenção Psicossocial. Observa que nesse dia de defesa nacional em que
410 diversos municípios brasileiros fazem suas manifestações e a atividade está em construção, dependendo
411 do local onde se realizará a Conferência Estadual, será possível articular de uma forma bastante próxima.
412 Ressalta que essas atividades acontecem na Praça Universitária, Praça Cívica, Assembleia Legislativa, na
413 porta do Governo Estadual, dependendo da proposta que é discutida naquele ano. Sugere a formação de
414 uma Comissão do Conselho Estadual de Saúde, caso seja aprovado, para acompanhar junto com a
415 Comissão Organizadora no dia 18 de maio, para que se possa trazer uma proposta viável para o CES. **Vice**
416 **presidente Paula** solicita à Conselheira Rosália que repita a proposta. **Conselheira Rosália** relata que a
417 proposta é que se faça uma errata no Regimento, incluindo o Relatório da 9ª Conferência Estadual, como
418 parte integrante do Relatório da 10ª Conferência Estadual de Saúde. Complementa que o que disse é para
419 as propostas de âmbito estadual, porque para o âmbito federal serão mandadas apenas 05(cinco) propostas



420 de quinhentos caracteres. **Presidente Walter** explica que não é uma emenda ao Regimento e sim uma
421 Resolução de inclusão do Relatório da 9ª Conferência à 10ª Conferência. **Vice presidente Paula** abre a
422 votação pedindo a manifestação dos(as) conselheiros(as) se concordam com a proposta. **Deliberação:**
423 aprovada por unanimidade. **2º Secretário Venerando** faz uma observação sobre a Conferência Macro
424 Regional, pedindo as pessoas que forem ajudar lá que lembrem que ali tem 04(quatro) Regiões de Saúde e
425 sairão propostas de cada região e os delegados(as) devem sair separados e constar separadamente nos
426 relatórios. **Presidente Walter** expressa que foi levantado o assunto do CMS de Aparecida de Goiânia e
427 isso é sério, lembra que 08(oito), conselheiros (as), do CES compõem o Conselho Municipal de Goiânia,
428 que são os seguintes: Presidente Walter, 2º Secretário Venerando, Conselheiras Maria Dalva, Stéfany
429 Matias, Sônia Maria, Christiane do Valle, Valquíria Medeiros e Conselheiro Gerinaldo Teodoro. Comenta
430 sobre as pancadas que tomaram acerca da situação de Aparecida, dizendo que cobram dos Conselhos
431 Municipais, porém não se envolvem com o assunto de Aparecida porque tem conselheiros estaduais
432 envolvidos. Relata que é preciso averiguar também o caso do CMS de Goiânia. **2º Secretário Venerando**
433 comenta algo fora do microfone e **Presidente Walter** diz que fica feliz por ter coordenado a 5ª
434 Conferência de Saúde Mental de Goiânia, que esta não teve bagunça, porém a antiga SUSMEP –
435 Superintendência de Saúde Mental e Populações Específicas, trabalhou muito mal nessa Conferência.
436 Menciona sobre a 10ª Conferência Estadual de Saúde e agradece em nome do CES, a Sra Paula que é
437 Superintendente da GERPOP e a todos os servidores (as), que empenharam na construção, na realização,
438 implementação e planejamento da Conferência e aos que foram palestrantes nas conferências municipais.
439 Solicita que a Conselheira Jaqueline, transmita à direção do COSEMS, o agradecimento pelo apoio que
440 também tem oferecido ao CES. **ITEM 3 – PORTARIA GM/MS Nº 90, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2023:**
441 Institui o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e
442 Consultas Especializadas: Plano de Ação do Estado de Goiás – SES/GO. **Vice presidente Paula** relata
443 que o Brasil inteiro recebeu essa Portaria no começo de 2023 e que tiveram vários prazos colocados pelo
444 Ministério da Saúde, para organizar essa fila e foi passado, como seria organizada já que o recurso para
445 realização das cirurgias vem do MS – Ministério da Saúde. Esclarece que apresentará o que foi
446 organizado pela SES, junto com o COSEMS. Conta que aconteceram várias reuniões com os gestores
447 municipais para que houvesse a melhor organização possível para finalizar esses processos de cirurgias
448 eletivas que estão em fila de espera até o final do ano de 2022. Explica que fará essa apresentação até
449 mesmo porque na Portaria isso é colocado como um Plano que deve ser apresentado ao CES, podendo o
450 Conselho inclusive emitir uma Resolução sobre o conhecimento e a pertinência desse Plano de Ação e
451 esse Plano será enviado ao Ministério da Saúde na próxima semana para que eles possam acompanhar
452 todo o processo de organização na SES. Expõe que o MS, disponibilizou inicialmente 20.000.000(vinte
453 milhões), para realização das cirurgias eletivas e esse valor será repassado conforme a produção, sendo
454 que 1/3(um terço), virá antes e o restante conforme a produção e execução dos procedimentos e o Estado
455 de Goiás entrou com mais 20.000.000(vinte milhões), para que se consiga realizar o máximo de cirurgias.
456 Continua com a explanação dessa Portaria. **Conselheira Jaqueline** esclarece que o motivo de pagar 1/3
457 (um terço) antecipado é um pleito do COSEMS com o CONASEMS – Conselho Nacional de Secretários
458 Municipais de Saúde, que foi negociado junto ao Ministério da Saúde e o CONASS – Conselho Nacional
459 de Secretários de Saúde. Relata que muitos municípios não possuem rede própria, citando o exemplo do
460 município de Ceres que é um município região polo, executante e não possui nenhuma Unidade própria e
461 ele terceiriza com o prestador de serviço. Explica que como o processo será pós execução, no caso dos
462 prestadores de serviço, eles não possuem condições financeiras de garantir que os profissionais, o material
463 médico hospitalar e a medicação seja garantida com antecipação. Destacando que esse é um pleito dos
464 municípios, que o prestador se organize para realizar o procedimento cirúrgico que é faturado, para que
465 receba o restante do procedimento. Relata sobre a questão do procedimento agora ser uma cartela variada,
466 e que era muito comum os municípios terem uma fila grande e parada, citando o exemplo da cirurgia de



467 Catarata por Facoemulsificação, e como a população está envelhecendo essa demanda nunca se exaurirá.
468 Expõe que era muito comum que os municípios tomassem a decisão de zerar essa fila de
469 Facoemulsificação; conta que nessa Portaria não foi permitido que isso acontecesse porque não é só o
470 paciente com Catarata que precisa ser atendido e diz que isso foi negociado com o CONASS, com o
471 CONASEMS e o MS. Menciona que foi feita uma força tarefa para tentar unificar essa fila e que isso é
472 uma coisa obscura, porque o paciente da região metropolitana de Goiânia está regulado no Complexo
473 Regulador de Goiânia, no de Aparecida de Goiânia e no de Anápolis, então era preciso identificar onde
474 esse paciente seria atendido e fazer a higienização dessa fila não é fácil. Explica que o paciente que
475 precisa fazer o risco cirúrgico, ele tem uma AIH – Autorização de Internação Hospitalar, emitida devido o
476 procedimento e quando vai passar pela avaliação do cirurgião que realizará esse procedimento, pode se
477 descobrir que ele não tem essa indicação e por isso é importante a avaliação. **Conselheira Rosália**
478 pergunta como serão distribuídos esses recursos para os hospitais estaduais e como serão regulados esses
479 pacientes e que não viu sobre as cirurgias ortopédicas. **Vice presidente Paula** responde que os pacientes
480 serão sempre per capitis e nesse primeiro momento não há nenhum hospital estadual, porque eles já
481 recebem para executar as cirurgias eletivas e isso já está previsto no Contrato. Em relação às cirurgias
482 ortopédicas responde que se voltar no gráfico que está sendo exposto, elas serão vistas e que nesse
483 primeiro momento foram destacados 313 (trezentos e treze) procedimentos, porém alguns municípios não
484 entraram na lista porque não quiseram. **Conselheira Christiane** relata que na última Plenária do Conselho
485 Municipal de Goiânia, aconteceu um debate e os(as) próprios(as) trabalhadores(as), da saúde do
486 Município de Goiânia, disseram que não sabem como funciona a fila da Regulação e que isso a preocupa.
487 **Vice presidente Paula** esclarece que o Município de Goiânia participou de todo o processo, que foi muito
488 discutido principalmente pela fila deles ser uma das maiores. Explica que sabe das dificuldades que eles
489 enfrentam e que estão atentos a isso e ressalta que a gestão é do Município e o Estado não tem o controle
490 total, sendo o motivo da unificação dessa fila em um sistema único do Estado. Salienta que o SERVIR é
491 da regulação do Estado esse não é o processo de regulação e sim o controle de execução. **Conselheira**
492 **Jaqueline**, expõe que o SERVIR é o sistema da SES, explicando que existem coisas que são melindrosas
493 de se falar, mas a questão de se unificar a fila é uma garantia que em torno de 200.000.00 (duzentos mil)
494 habitantes do Estado de Goiás tenham o mesmo acesso. Relata que em outras Portarias era muito comum
495 acontecer, que os recursos vinham e os Municípios pactuavam em uma Resolução, mas as vezes havia
496 uma predileção por atender o seu município, e que essa nova formatação da Portaria é para evitar que isso
497 aconteça, pois o paciente com mais risco, tem que entrar primeiro. Menciona que em relação ao
498 Município de Goiânia existe uma dificuldade de se enxergar essas questões, expondo que isso é natural,
499 pois ele é o maior do Estado e ocorrerão maiores desafios, porém isso não tira a necessidade de ter
500 transparência. Acrescenta que os órgãos de controle precisam requerer isso, pois quanto mais transparente,
501 menos dúvidas haverá e o serviço será mais eficiente. Conta que quando disse para Vice presidente Paula,
502 vamos pontuar o processo de trabalho é porque isso é autonomia de gestão, e que nem a SES, que é
503 coordenadora dos processos, nem o COSEMS, que representa a gestão municipal, e nem o Controle
504 Social pode intervir no processo de trabalho que é uma decisão de gestão, mas que é uma competência
505 orientar. Enfatiza que quanto melhor estiverem organizados internamente os processos de trabalho das
506 Secretarias Municipais de Saúde, que executarão os recursos, mais agilidade haverá na execução da fila e
507 mais fácil será para o paciente entrar. **Vice presidente Paula** declara que houve a tentativa ao máximo de
508 enviar ao Ministério da Saúde, para começar os pagamentos, pois é muita gente a ser contemplada,
509 explicando que o trabalho agora é ainda maior que é de monitorar a execução desses procedimentos. 2º
510 **Secretário Venerando** menciona que houve uma reunião do governo de transição, de planejamento no
511 final do ano, e que foi conversado sobre um mutirão que seria feito para diminuir essas filas. Conta que
512 fez algumas críticas em relação a esse assunto e que é preciso acompanhar, pois não justifica ter o
513 Controle Social, nem o CES, se não houver fiscalização. Exprime que na reunião falou que ficaria muito



514 tranquilo porque os hospitais de Goiás são geridos por OSs, e elas poderiam entregar muito mais em
515 termos de cirurgias, mas não o faz. Salienta que com os recursos que serão empregados, as filas serão
516 zeradas, precisando haver fiscalização. Relata que acha um absurdo as OSs, receberem um valor e não
517 demonstrar nada do que está sendo feito e ainda é proibido auditá-las ou falar que elas não cumprem sua
518 função, acrescentando que para piorar agora elas ficarão por mais doze anos. Afirma que os hospitais
519 estaduais deveriam ter sua cota nisso e não deveriam receber nada além do que já recebem. **Vice**
520 **presidente Paula** declara que a Portaria fala de um financiamento para cirurgias eletivas e o que está
521 listado são hospitais que receberão esse financiamento do Ministério da Saúde, explicando que a SES não
522 concorda que um hospital estadual que já recebe, ganhe mais uma vez por algo que ele deve cumprir.
523 Relata que não tem como colocar o hospital estadual no plano, e que a discussão é sobre o Plano de Ação
524 da Portaria 90 e não é um plano de cirurgias eletivas de forma geral. Comenta que inserir unidades
525 estaduais no Plano, seria financiá-las com recursos do Ministério da Saúde, já que ele tem uma
526 coparticipação financeira. **Conselheira Luzinéia** em relação a 1/3 (um terço) que será repassado, destaca
527 que compete ao CES acompanhar o monitoramento, e pergunta como as filas serão acompanhadas, se será
528 por CPF – Cadastro de Pessoas Físicas, ou por procedimento, ou por hospital que realizou o
529 procedimento, indagando onde isso estará colocado, se será em um portal, e qual o prazo para realização
530 desses procedimentos. Declara que isso precisa ficar bem estabelecido e que à medida que isso for
531 aportado, quanto desse recurso será utilizado e em qual instituição. **Vice presidente Paula** propõe que a
532 SES disponibilize em um site, explicando que o recurso ainda não foi repassado porque isso acontecerá só
533 após a avaliação e aprovação do Ministério da Saúde, acrescentando que está acontecendo discussões para
534 se colocar um prazo de execução para acompanhamento. Comenta que a Portaria fala de 12(doze) meses,
535 porém somente 06(seis) Estados tinham entregue, pontuando que não sabe como será organizado. Sugere
536 que o monitoramento vá sendo apresentado na Plenária, para que haja transparência e se faça as
537 cobranças, acrescentando que na CIB e no GT – Grupo de Trabalho, será feito esse monitoramento
538 também. **Conselheira Elza** ressalta que o que o 2º Secretário Venerando quis colocar e ela também, é que
539 os hospitais geridos por OS possuem uma capacidade física instalada de recursos humanos capaz de
540 realizar também essas cirurgias. Relata que não pode haver pagamento em duplicidade, porque esses
541 hospitais recebem e são morosos, porém nada impede eles de nesses 12(doze) meses colaborar para que o
542 Estado consiga zerar essas filas, pois eles estão instalados dentro de uma rede com capacidade física,
543 recursos humanos e financeiros. **Conselheira Glauciene**, representante da Pastoral Carcerária da
544 Arquidiocese de Goiânia, comenta que tem uma dúvida, informando que ela e sua mãe estão na fila da
545 Regulação do Estado, e que entendeu que essa fila é de regulação do Município, perguntando se as
546 pessoas que estão na fila da Regulação do Estado serão contempladas com essa ação. **Vice presidente**
547 **Paula** explica que as filas são do Estado e do Município, apenas o Hospital Estadual não será o executor,
548 mas o recurso da Portaria inclui a Regulação do Estado e do Município. **Conselheira Jaqueline** expressa
549 que o ambiente sempre é propício para se compartilhar e aprender, e que a Vice presidente Paula
550 apresentou uma fila unificada conforme as solicitações de AIHs, até 31 de dezembro de 2022, portanto já
551 temos a fila de 2023, compreendendo que todos os dias acontecem acidentes automobilísticos,
552 diagnósticos de pessoas diabéticas, e que a população está envelhecendo, sendo algo dinâmico, pois todo
553 dia entra e sai gente da fila. Esclarece que quando o Ministério traz um aporte financeiro é exatamente
554 para diminuir aquilo que vai se acumulando ao longo do ano. Destaca que quanto mais se tiver atenção
555 primária, haverá menos doente. Comenta que as filas nunca serão zeradas, porém o aporte vem para
556 garantir a diminuição e o que se precisa avançar, inclusive em relação aos gestores e na questão da
557 transparência. Relata que é preciso achar uma forma de garantir os dados sigilosos e sensíveis desses
558 pacientes, porém dando transparência de forma que o paciente possa entrar no sistema e ver sua posição
559 nessa fila. Afirma que isso é algo que se deve almejar do ponto de vista da gestão. **Sra. Viviane** pergunta
560 se valor do Governo Estadual já vai no plano de trabalho ou se seguirá outro modelo. **Vice presidente**

561 **Paula** responde que ele seguirá o mesmo modelo, não irá no plano porque o plano é para o MS, porém o
562 Estado só fará o pagamento após a execução e não terá 1/3(um terço) anterior, e que na verdade esses
563 20.000.000,00(vinte milhões) não serão suficientes, pela quantidade de pessoas e porque determinados
564 procedimentos acabam tendo mais custos, acrescentando que após a execução o Estado entrará com as
565 porcentagens em cima no procedimento. **Sra. Viviane** pergunta se os pagamentos do MS e do Estado
566 acontecerão ao mesmo tempo. **Vice presidente Paula** responde que sim. **Sra. Viviane** indaga se é um
567 recurso extra, fora do que foi planejado no PES e se é um recurso fora do Fundo Estadual de Saúde. **Vice**
568 **presidente Paula** responde que sim. **Conselheira Jaqueline** explica o porquê do aporte em função da
569 tabela SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS,
570 e que muitos dos procedimentos cirúrgicos da tabela SIGTAP, o recurso SUS não paga e até essa
571 precificação foi pactuada para garantir que os prestadores tenham condições de executar os serviços.
572 **Conselheira Glauciene** diz ao Sr. Tiago que vem batendo na tecla de que os prontuários ficam soltos no
573 sentido de ficar gerando novos números, em cada Unidade de Saúde e que sempre buscou que isso fosse
574 unificado em CPF, porque o paciente terá um histórico dentro do território nacional e seria melhor para a
575 União e para a saúde em si. Relata que na Educação Municipal de Goiânia existem a biometria e o face
576 detection, questionando porque não existem esses sistemas dentro da saúde para fazer o controle dos
577 pacientes, cirurgiões, auxiliares e anestesistas, na hora que entra ou sai do procedimento, pois poderia se
578 lançar dentro do ConectaSUS em tempo real. Declara que já existem as ferramentas e o que falta é casar
579 essas ferramentas para que haja transparência. **Vice presidente Paula** termina dizendo que a apresentação
580 estará à disposição do CES para quem precisar. **ITEM 4 – Apreciação e Deliberação da Minuta do**
581 **Parecer nº 06.2023 – Policlínica de Goiás. Presidente Walter** solicita que a Sra. Viviane esclareça se
582 havia só a alteração que foi encaminhada aos(as) conselheiros(as). **Sra. Viviane** responde que não, pois
583 havia outras que foram feitas no dia anterior e que não foi remetida. **Presidente Walter** diante desse fato
584 solicita que a pauta seja suspensa, que a apresentação seja prorrogada para a próxima plenária e que fosse
585 enviado os documentos. Abre a votação solicitando que levantem os crachás aqueles que concordarem
586 que a exposição fique para o primeiro ponto de pauta da próxima Plenária. **Deliberação:** aprovado por
587 unanimidade, sem votos contrários e abstenções. Demanda à Secretária Executiva que os arquivos que
588 estão em conformidade, sejam enviados aos(as) conselheiros(as) até o dia seguinte. **Conselheira Luzinéia**
589 relata que em relação a Moção de Repúdio ao IPASGO é importante contextualizar o que está
590 acontecendo, que há uma Minuta do Projeto de Lei que foi encaminhado à Assembleia Legislativa, em
591 função de um Parecer do TCE – Tribunal de Contas do Estado, que recomenda que o IPASGO possa ser
592 transformado em um serviço social autônomo, ou algumas ações sejam tomadas pelo Estado para garantir
593 que ele possa ser uma autarquia, e que faça aquilo que uma autarquia precisa fazer, que é ter transparência
594 em suas ações, ter servidores efetivos e não precarizados como o IPASGO vem fazendo e outras séries de
595 mudanças. Conta que na manhã da Plenária esteve na audiência pública chamada pelo deputado Gustavo
596 Sebba, para discutir sobre o assunto. Esclarece que houve uma apresentação do TCE, na pessoa do
597 Presidente Dr. Saulo, mostrando que em relação à mudança de pessoa jurídica do Instituto, que o Parecer
598 não é terminativo e não é uma determinação do TCE e sim uma decisão política do Governo Caiado.
599 Afirma que é contrária a esse Parecer, pois o IPASGO é mantido pelo servidor público e o Estado deveria
600 fazer aporte de recursos para garantir o funcionamento adequado dessa instituição, mas isso não tem
601 acontecido. Expõe que o Estado tem colocado os recursos do IPASGO, cerca de 1,8 bilhões de reais,
602 como se fosse parte do recurso do Tesouro Estadual. Denuncia que essas questões devem ser modificadas
603 para que essa autarquia funcione como tal e para que as pessoas não sejam lesadas com essas proposituras
604 do governo. Lembra de experiências como o Hospital de Base de Brasília que foi transformado em serviço
605 social autônomo na gestão do Dr. Ismael Alexandrino e hoje se encontra com diversos problemas, e que
606 os problemas do IPASGO não serão sanados com a mudança de pessoa jurídica. Procede a leitura da
607 Minuta proposta da Moção de Apoio à Permanência do Instituto na administração pública indireta, sob

608 direção do servidor público, seu financiador. Sugere que essa Moção seja enviada também ao Secretário
609 de Saúde, porque em caso de falência total do Instituto, que é uma possibilidade que existe nos próximos
610 10 (dez) anos, em função da Minuta que foi apresentada na Assembleia Legislativa, então haverá centenas
611 de pessoas migrando para o SUS. Destaca que atualmente já é apertado para o servidor, sem reajuste real
612 de salário a vários anos, com perda de 80% (oitenta por cento). Após a leitura declara que caso haja
613 sugestão de alteração está aberto para apreciação e convida os(as) usuários(as) do IPASGO para uma
614 audiência pública no próximo dia 10(dez), que está sendo chamada pelo Governo. Expressa que o
615 Presidente do Instituto disse que os sindicalistas são oportunistas, pois estão promovendo fake news
616 dizendo que eles estão privatizando e que cabe a ele estudar para saber que, existem modos de
617 privatização como: Serviço Social Autônomo e OS. Afirma que o que está sendo defendido é que a opção
618 que o Governo apresente seja de manutenção do IPASGO como autarquia com gestão própria. Fala fora
619 do microfone, a qual a conselheira Luzinéia fala que já existe Conselho Deliberativo, porém não é
620 paritário, e que além de ser paritários, as decisões precisam ser consensuadas, pois mesmo que se tenha
621 um conselho paritário se o voto minerva for do presidente e a indicação do presidente for do Governo,
622 nunca se terá voz ativa. Expõe que pode de acrescentar que o Conselho deliberativo seja paritário e com
623 decisões consensuadas. **Presidente Walter** abre a votação, perguntando aos(as) conselheiros(as) que
624 aprovam a Moção que levantem os crachás. **Deliberação:** aprovado por unanimidade, sem votos
625 contrários e abstenções. Solicita à Secretária Executiva que dê ciência e publicidade à quem for
626 endereçada e aos meios de comunicação da sociedade goianiense e nacional. Declara encerrada a Reunião
627 Ordinária, às 16h05min (dezesesseis horas e cinco minutos), em que estiveram presentes os seguintes
628 Conselheiros: **Conselheiros Titulares: Segmento Gestor: PAULA DOS SANTOS PEREIRA – SES –**
629 **Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SAIS; ROSÁLIA PEREIRA MATOS – MS – Ministério da**
630 **Saúde – Superintendência Estadual de Goiás. Segmento Prestador: MARIÂNGELA DIAS RIBEIRO**
631 **– ACCG – Associação de Combate ao Câncer em Goiás; ELIANE PEREIRA SILVA – APAE –**
632 **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis; CHRISTIANE MARIA DO VALLE**
633 **SANTOS – SINDILABS – Sindicato dos Laboratórios de Análises e Banco de Sangue no Estado de**
634 **Goiás; BRAULIA MORAIS MALASPINA – Vila São Cottolengo. Segmento Trabalhador:**
635 **EDWARD SILVA LUZ – ABRATO/GO – Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais - Goiás;**
636 **ELZA LUIZ RODRIGUES SOUZA – CRF – Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás;**
637 **MARCO AURÉLIO DA SILVA LIMA – CRP – Conselho Regional de Psicologia 9ª Região;**
638 **DIONNE HALLYSON SILVA DE SIQUEIRA – SIEG – Sindicato dos Enfermeiros do Estado de**
639 **Goiás; ROSENI BISPO DA SILVA – SINDASCE – Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e de**
640 **Combate a Endemias; LUZINÉIA VIEIRA DOS SANTOS – SINDSAÚDE – Sindicato dos**
641 **Trabalhadores do Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás; SIRLENE RICARDO PEREIRA –**
642 **SINTASB – Sindicato dos(as) Técnicos(as) e Auxiliares em Saúde Bucal do Estado de Goiás; HELOIZA**
643 **HELENA MENDONÇA ALMEIDA MASSANARO – SINTFESP-GO/TO – Sindicato dos**
644 **Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência. Segmento Usuário: GERINALDO TEODORO DE**
645 **ASSUNÇÃO – AazGO – Associação de Alzheimer e Doenças Similares; STÉFANY MATIAS DO**
646 **NASCIMENTO – ABRALE – Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia; MARIA DALVA DA**
647 **SILVA PINHEIRO – AGD – Associação Goiana de Diabéticos; ELIZABETH MENDES RAMOS**
648 **LOPES – AOG – Associação dos Ostomizados de Goiás; SÂMARA NATACHA BORGES G. DE**
649 **MELO – Associação Grupo AAVE – AIDS, Apoio, Vida, Esperança; ELISA CARVALHO VAZ –**
650 **CEBES – Centro Brasileiro de Estudo de Saúde; WALTER DA SILVA MONTEIRO – CMP – Central**
651 **de Movimentos Populares de Goiás; VALTUIDES MENDES MONTEIRO – CONAM – Confederação**
652 **Nacional das Associações de Moradores; NAPOLEÃO BATISTA FERREIRA DA COSTA – CUT –**
653 **Central Única dos Trabalhadores; NERY MESQUITA JÚNIOR GLEG – Grande Loja Maçônica do**
654 **Estado de Goiás; JOSINA DA SILVA MAIA – NPQ – Núcleo de Proteção aos Queimados Assistência e**



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



Defender o SUS é defender a vida!

655 Proteção à Vítima de Queimadura; **GLAUCIENE MAIA DE ALMEIDA PRAXEDES** – Pastoral
656 Carcerária da Arquidiocese de Goiânia; **WILSON CARDOSO PIRES** – SINDIÓPTICA – Sindicato do
657 Comércio Varejista de Óptica, Jóias, Relógios, Cine-Foto e Bijuterias; **SEVERINO SOARES DA**
658 **SILVA** – UEMP – União Estadual por Moradia Popular do Estado de Goiás; **VENERANDO LEMES**
659 **DE JESUS** – UNIVIDA – União Jussareense de Promoção do Menor e do Adolescente Carente e
660 Abandonados e de Defesa da Vida. **Conselheiros Suplentes: Segmento Gestor: CARITA CRISTINA**
661 **MARGARIDA FIGUEIREDO DE CASTRO** – SES – Secretaria de Estado da Saúde de Goiás –
662 SUPCRS; **KATIA MARTINS SOARES** – SES – Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SGI.
663 **Segmento Trabalhador: ROSA IRLENE MARIA SERAFIN** – CREFITO 11 – Conselho Regional de
664 Fisioterapia Ocupacional da 11ª Região; **EDILVANA CRISTINA ALVES FAUSTINO NUNES** –
665 CREFONO5 – Conselho Regional de Fonoaudiologia 5ª Região; **SHIRLEY FERREIRA SILVA** –
666 SOEGO – Sindicato dos Odontologistas no Estado de Goiás. Dando por encerrada a reunião, da qual eu,
667 Míriam Regina Dias Oliveira, Apoio Administrativo Míriam R.D. Oliveira redigi e lavrei esta
668 ata, posteriormente firmada e assinada pelos membros presentes da Mesa Diretora, representado na(s)
669 pessoa(s) do(a)s senhor(a)s Presidente Walter da Silva Monteiro [assinatura] e 1ª
670 Secretária Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro [assinatura] cujos poderes
671 foram outorgados pela publicação da Resolução CES/GO nº 02/2023 do dia 18 de janeiro de 2023.